



Manifesto por uma Política Nacional de Drogas Antiproibicionista e em Defesa da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial

Assim como em dezembro de 2017 a Política Nacional de Saúde Mental foi reformulada, no dia 01 de março, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) aprovou uma Resolução (01/2018) que reorienta esta política a partir de agora. Nós, da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), e demais entidades que subscrevem este documento, nos posicionamos contra esses retrocessos e manifestamos a necessidade urgente de que as instituições e movimentos sociais comprometidos com o direito à vida saiam em defesa da luta antiproibicionista e antimanicomial.

As recentes mudanças nessas Políticas representam um movimento que vai em direção ao passado ao apresentar como um dos pilares o isolamento social e a abstinência como única alternativa de tratamento, por exemplo. Entretanto essa articulação que nega a Redução de Danos como estratégia fundamental no campo das drogas, recomendada pela Organização Mundial de Saúde, um órgão ligado à ONU, faz parte de uma dinâmica mais ampla que é a (r)existência, ou não, da democracia no país.

Sob a justificativa da violência supostamente causada pelas drogas foi que a Intervenção Militar se deu no Rio de Janeiro, uma vitrine para a segurança pública num território em que as próprias Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que reproduzem a lógica de guerra às drogas, foram avaliadas como um fracasso pelo atual governo estadual. Por que insistir em um modelo ainda mais reduzido, de intervenções e ocupações pontuais, que já surge já fadado à falência?

O discurso de quem propõe tais mudanças nas Políticas de Drogas e Saúde Mental manipula a ideia de que a maioria da população é contrária a legalização das drogas, desconsiderando pesquisas que revelam outros resultados. A estratégia adotada nestas mudanças nas políticas de drogas e saúde mental é autoritária, reprime o debate público tanto nas instâncias em que foram decididas e também nos demais conselhos de controle social do campo, desrespeitando a legislação da SUS e do SISNAD (Sistema Nacional de Álcool e Drogas), persegue pesquisadores renomados e reconhecidos internacionalmente, e não tem compromisso com as evidências de anos de consolidação de leis como a 10.216, Lei da Reforma Psiquiátrica.

Durante anos trabalhadores, usuários e familiares se mobilizaram para que os manicômios deixassem de existir e para que todos tivessem direito à vida e à cidade. Mesmo que encontrando barreiras em seu financiamento e precarização intencional de serviços por alguns governos, foram muitos os avanços na substituição das tecnologias manicomiais, ficando evidente que o modelo de atenção psicossocial não é somente potente e efetivo, do ponto de vista dos seus resultados, como também necessário se estivermos falando de uma sociedade que valoriza a

dignidade e os direitos humanos. Qualquer posicionamento que vá de encontro ao reconhecimento desses avanços não corresponde à realidade. Leis como a Lei da Reforma Psiquiátrica são maiores que resoluções e portarias, nossas conquistas sociais e cotidianas não são menores do que interesses descompromissados com a vida de milhões de pessoas tornadas vulneráveis.

Quando o argumento é o aumento da violência no estado do RJ, questionamos quais ações tem sido feitas para combater a pobreza e a miséria. Quando o argumento colocado pela atual gestão da política de saúde mental e agora também de drogas é questionar a eficiência dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), nós questionamos a nova prioridade, que retira recursos da atenção psicossocial para financiar internações do tipo manicomial em Comunidades Terapêuticas, com interesses lucrativos ou ligadas a religiões particulares, nas quais várias sindicâncias de entidades de direitos humanos apontam violações sistemáticas dos direitos básicos dos internados. Quando o único uso de drogas considerado possível é o uso problemático, questionamos qual a seriedade de uma política que desconsidera o uso recreativo, medicinal e religioso, bem como as estratégias de redução de danos, hoje reconhecidas em experiências internacionais bem sucedidas e pela própria OMS.

Para nós, da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e demais signatários deste manifesto, está claro que a proposta de modelo manicomializante e proibicionista avança através de golpes autoritários e burocráticos. A estes, insistimos que há muita potência nas ruas, há potência das assembleias de trabalhadores, usuários e familiares, e há potência em cada encontro dessas pessoas que se importam com pessoas. Defendemos os diferentes modos de experimentação da vida, a legalização da existência. Reafirmamos o nosso objetivo “por uma sociedade sem manicômios”, e sempre “nenhum passo atrás!”.

Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e Da Luta Antimanicomial – ALERJ

DEPUTADO ESTADUAL FLAVIO SERAFINI
DEPUTADO ESTADUAL CARLOS MINC
VEREADORA TALÍRIA PETRONE - NITERÓI
VEREADOR RENATO CINCO – RIO DE JANEIRO
VEREADOR REIMONT – RIO DE JANEIRO
GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL – GSM/SES RJ
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP RJ
ALDA ROBERTA CAMPOS – PSICÓLOGA E
REDUTORA DE DANOS / INTERCAMBIANTES (PE)
ANA CAROLINA DE ALMEIDA PATRIAN –
COORDENADORA DO CAPSAD DE SANTO ANDRÉ
ANA PAULA BRIGUET – TERAPEUTA OCUPACIONAL
(SP)
ANA REGINA MACEDO – ESCOLA DE SAÚDE
PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ANTONIO NERY FILHO – UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA
ARTURO ESCOBAR – GRUPO DE ESTUDOS SOBRE
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO
CELI CAVALLARI – VICE PRESIDENTE DA REDUC
CHRISTINA DE SALLES JUCHEM – PSICÓLOGA (SC)
CLÁUDIA GENEROSO – PUC BETIM
COLETIVO ANTIPROIBICIONISTA DE PERNAMBUCO
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA
PERNAMBUCO
DANIEL ELIA – SUPERVISOR DO CAPSAD MIRIAM
MAKEBA
DANIELA DINARDI ALVES PINTO – CENTRO
MINEIRO DE TOXICOMIANA

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL –
CRESS RJ
NÚCLEO ESTADUAL DO MOVIMENTO DA LUTA
ANTIMANICOMIAL – NEMLA RJ
SETORIAL DE POLÍTICA SOBRE DROGAS – PSOL RJ
COLETIVO PRÓ FRENTE EM DEFESA DO SUS E DA
REFORMA PSIQUIÁTRICA – RJ
DÉCIO CASTRO ALVES – PSICÓLOGO /
INTERCAMBIANTES (DF)
ELAINE FERNANDES DA CUNHA MESQUITA –
PSICÓLOGA (GO)
ELOÍSA HELENA DE LIMA – UNIVERSIDADE
FEDERAL DE OURO PRETO
ÊNIO RODRIGUES DA SILVA – CAPSAD BETIM (MG)
EROY APARECIDA DA SILVA – PSICOTERAPEUTA
EVALDO MELO DE OLIVEIRA – PSIQUIATRA,
PSICANALISTA E DIRETOR DO INSTITUTO RAID (PE)
EVERSON RACH VARGAS – PSICÓLOGO (RJ)
FILIPPE DE MELLO LOPES – PSICÓLOGO
FLÁVIA ALMEIDA DE MOURA – UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO
FLÁVIA FERNANDO LIMA SILVA – PSIQUIATRA E
DOUTORANDA EM PSICOLOGIA NA UFF (RJ)
FÓRUM ESTADUAL DE REDUÇÃO DE DANOS DE
SÃO PAULO
FRANCISCO NETTO – PSICÓLOGO E DOUTORANDO
EM SAÚDE PÚBLICA NA FIOCRUZ (RJ)
GEIXA FERNANDES CALVERT SABINO – PSICÓLOGA
(MG)

GEOVANA MELO DE GÓIS – PSICÓLOGA
SANITARISTA
GILMAR FIGUEIREDO – PSICÓLOGO NO CAPSAD DE
BETIM (MG)
GIOVANNA QUAGLIA – COORDENADORA DO
NÚCLEO DE PESQUISA EM TOXICOMANIA DO
CAMPO FREUDIANO (GO/DF)
GRAZIELLA BARBOSA BARREIROS – SOCIÓLOGA
SANITARISTA
HELENA MARIA MEDEIROS – REDUC
HENRIQUE SATER – DOUTORANDO EM SAÚDE
COLETIVA NA UNICAMP (SP)
IACÁ MACERATA – UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE
ISA MARIA HETZEL DE MACEDO – UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ISABELA SARAIVA DE QUEIROZ – UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
JOÃO MENDES DE LIMA JÚNIOR – UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RECÔNCAVO BAIANO
JORGINA SALES – UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS
JOSÉ DE ARIMATÉIA REIS – UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ
LAEUZA FARIAS – VICE-PRESIDENTE DO CRP DE
ALAGOAS
LEANDRO ROQUE – COMISSÃO DE SAÚDE MENTAL,
ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS DO CONSELHO
REGIONAL DE PSICOLOGIA DA PARAÍBA
LUCIANA TOGNI DE LIMA E SILVA SURJUS –
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SAÚDE COLETIVA / UNIFESP BAIXADA SANTISTA
LUDMILA CERQUEIRA CORREIA – UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA
MARCELA LUCENA – PSICÓLOGA SANITARISTA (PE)
MÁRCIA RAMOS WANDERLEY – UNIVERSIDADE DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS
MARIA ANGÉLICA DE CASTRO COMIS – CENTRO DE
CONVIVÊNCIA É DE LEI
MARIA DE LURDES ZEMEL – PSICANALISTA (SP)

MARINA FERNANDES SANTOS – COORDENADORA
DO CAPSADIII DAVID CAPISTRANO DA COSTA
FILHO (SP)
MELISSA AZEVEDO DE AZEVEDO – PSICÓLOGA (PE)
MÔNICA NUNES DE TORRENTÉ – UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA
ONÉZIMO TADEU D'ASSUNÇÃO – PSICÓLOGO
CERSAMAD DE BELO HORIZONTE
PATRÍCIA MAIA VON – PSICÓLOGA E ASSISTENTE
SOCIAL (BA)
PAULA OLIVEIRA – PSICÓLOGA NO CAPSAD MIRIAM
MAKEBA (RJ)
PROJETO TRANSVERSÕES – ESS/ UFRJ
RENATA FIGUEIRAS PIMENTEL – COORDENADORA
DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CAPSAD
GREGÓRIO DE MATOS (BA)
RAFAEL BAQUIT CAMPOS – PSIQUIATRA E
REDUTOR DE DANOS NO CAPSAD DE CAUCAIA (CE)
RAFAEL MENDONÇA DIAS – UNIVERSIDADE
FEDERAL FLUMINENSE
RAQUEL MIRANDA – COORDENADORA DE
POLÍTICAS SOBRE DROGAS (PE)
RENATA BARRETO FERNANDES DE ALMEIDA –
PSICÓLOGA (PE)
RENATO FILEV – NEUROCIENTISTA UNIFESP
RITA DE CÁSSIA ACIOLI BARBOSA – ENFERMEIRA
(PE)
RIVA KARLA VIEIRA – COORDENADORA DE SAÚDE
MENTAL / MEMBRO DO GRUPO CONDUTOR DA
RAPS (PE)
ROSA AUGUSTA DE MELO – COORDENADORA DA
ÁREA TÉCNICA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (AL)
ROSSANA RAMEH – IFPE E FPS /
INTERCAMBIANTES (PE)
TADEU DE PAULA SOUZA – UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
TEREZA CRISTINA VIDAL DE NEGREIROS MOURA
TENÓRIO – ASSISTENTE SOCIAL (AL)
VALÉRIA COSTA PACHECO – ASSOCIAÇÃO DE
REDUÇÃO DE DANOS DE MINAS GERAIS
VITOR NINA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
YONE MOURA – PSICÓLOGA (SP)

